



e-l@tina

Revista electrónica de estudios latinoamericanos

[e-l@tina](#) es una publicación del
Grupo de Estudios de Sociología Histórica de América Latina ([GESHAL](#))
con sede en el
Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe ([IEALC](#))
Facultad de Ciencias Sociales
Universidad de Buenos Aires

Capitalismo, exclusões e inclusão forçada

Virginia Fontes

Doutora em Filosofia Política pela Universidade de Parix-X. Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Correo electrónico: yfontes@fiocruz.br

Recibido con pedido de publicación: 8 de marzo de 2003

Aceptado para publicación: 24 de marzo de 2003

Resumo

Capitalismo, exclusões e inclusão forçada

O artigo analisa a relação constitutiva entre a expansão do capitalismo e uma forma específica de segregação, a inclusão forçada, que consiste na incorporação da população através de processos disciplinadores e hierarquizantes, gerando permanentemente exclusões internas ao mercado. Apresenta leituras teóricas diversas sobre o fenômeno, apontando a convergência entre elas quanto a este aspecto. Em seguida, averigua a existência de outros processos de exclusão, identificando dois tipos fortes, nos quais desaparece a inclusão, voluntária ou compulsória, estabelecendo-se processos externalizantes: a exclusão por indiferença e a exclusão por extermínio. A partir das transformações contemporâneas, interroga-se sobre a convivência atual desses dois modos de exclusão.

Palavras-Chave: expansão do capitalismo; segregação; inclusão forçada; processos de exclusão

Summary

Capitalism, exclusions and mandatory inclusion

The article analyzes the constitutive relationship between the expansion of capitalism and a specific form of segregation where participants are brought into the market (mandatory inclusion) but where the limits of this inclusion are clearly staked out through disciplinary, hierarchical processes—something that constantly generates internal exclusions. Looking for examples of other processes of exclusion, the author identifies two clear situations where (mandatory or voluntary) inclusion disappears, becoming instead an externalizing process: exclusion through indifference and exclusion through extermination. Based on contemporary transformations, the article explores the co-existence of these two models of exclusion today.

Keywords: expansion of capitalism; segregation; forced inclusion; exclusion processes

I *

O processo histórico, ao criar novas relações sociais, complexifica-as e instaura novos problemas. Aos historiadores compete não apenas recuperar ou resgatar dimensões, em princípio ocultas, do passado, mas pesquisar sua dupla dimensão: similitudes e/ou permanências e seu outro lado, diferenças irreduzíveis entre processos sociais distantes no tempo e no espaço.¹ A existência de transformações na vida contemporânea leva-nos incessantemente a repensar suas condições de surgimento e sua proximidade ou distância face a fenômenos já existentes em outras sociedades ou em outros períodos. Esse é o sentido da proposta de Lucien Febvre (1989: 226), ao afirmar que "é em função da vida que ela [a história] interroga a morte".

É importante ressaltar que a História se reescreve exatamente para responder ao desafio que lhe é próprio e não por um "presentismo" que fundiria todos os relatos numa sucessão de presentes imperscrutáveis. Para os "presentistas", a marca do contemporâneo nos historiadores seria de tal forma intensa que ocultaria o próprio passado, reduzindo-se a reflexão histórica a uma projeção do presente sobre o passado. Cada relato histórico remeteria assim, unicamente, às escolhas do presente, não sendo possível apontar a existência de um passado real.²

Há, ao contrário, uma verdadeira dialética entre o passado e o presente, evidenciada pela formulação de Adam Schaff. Segundo ele,

efeitos recentemente emersos obrigam a deitar sobre os acontecimentos um olhar novo, a percebê-los de outra maneira, a situá-los diferentemente no contexto da totalidade. Frequentemente, o que de início tinha sido subestimado, ignorado mesmo, revela-se historicamente importante e vice-versa (Schaff, 1983: 274).

Ora, ¿que "efeitos recentemente emersos" ligados à temática da exclusão social poderiam levar a questionar categorias até aqui consideradas como evidentes em sua utilização e aplicação? O tema da exclusão, amplamente veiculado pelos meios de informação, embora apareça como uma questão nova, inaudita, própria da crise contemporânea, contém não apenas uma história atrás de si, como pode recobrir fenômenos profundamente diversos.

Este ensaio busca pensar a exclusão em sua articulação com a dinâmica social como um todo, em especial com os desdobramentos do capitalismo. Num primeiro momento, discutimos a pertinência do termo no âmbito do desenvolvimento capitalista, propondo a categoria *inclusão forçada*, mais apropriada para a compreensão do fenômeno estrutural da produção de uma superpopulação relativa. Utilizando-nos de formas variadas de abordagem da categoria *exclusão social*, buscamos mostrar a adequação da categoria proposta. Em seguida, à luz de alguns exemplos históricos, estabelecemos uma diferenciação entre as formas de segregação e discriminação includentes e aquelas que podem tornar-se, de fato, exclusões dramáticas, implicando inclusive formas de extermínio social. Finalmente, apontamos para a necessidade da retomada de análises voltadas para a síntese histórica, uma vez que transformações atuais parecem indicar um recuo na dimensão inclusiva (embora não integradora) do capitalismo contemporâneo.

II

* Artigo publicado na *Revista Tempo*, 2 (3), 34-58. Junho 1997.

¹ O tema constitui um dos eixos centrais do livro de Andréani (1989). Ver, especialmente, sua longa e minuciosa introdução. Embora discordando de algumas conceituações, vale destacar o detalhamento da questão.

² Cf. Collingwood (1981). Ver também a crítica de Gay (1990) ao presentismo de Collingwood, especialmente o capítulo conclusivo.

Os temas que englobam o que atualmente se denomina exclusão social foram analisados, ao longo deste século, sobretudo através de alguns de seus aspectos ou implicações. Em sua maioria, as análises encaravam-na como forma passageira de um desequilíbrio ou como uma disfunção social ou, ainda, como inadaptação individual. Temas, por exemplo, como a marginalidade -e seu correlato, as modalidades "corretivas", em geral realizadas através de intervenção social (filantropia e assistência social)- foram muitas vezes associados a uma inadequação de certos grupos ou indivíduos à vida social, como resultado de deficiências ou limitações a serem superadas pelo sistema educacional ou, ainda, através de acompanhamentos diversos (assistentes sociais, psicólogos, sociólogos etc.).

Opondo-se a essa leitura, Marx sublinhava uma característica contraditória na sociedade capitalista: calcada num certo tipo de exclusão (expropriação do trabalhador direto e criação de desemprego), tendia, no entanto, a eliminar as outras formas de produção social, incorporando-as. Para Marx, a acumulação primitiva, cujo processo seria a base constitutiva da existência do próprio capitalismo, teve como um de seus pólos principais a formação de uma população livre, isto é, despossuída dos meios de produção de sua própria existência, detentora apenas de sua força de trabalho. Marx denomina esse processo de *expropriação dos trabalhadores diretos*. Seria do encontro entre esses despossuídos com o acúmulo de riquezas gerado na Europa Ocidental -realizado, em parte, por uma verdadeira rapina colonial- que teria nascido o capitalismo (Marx, 1985).

Sua ulterior expansão, ocorrendo por mecanismos de reprodução ampliada do capital, implicaria em dois movimentos simultâneos. Um crescimento contínuo, viabilizado pela absorção de setores ainda não capitalizados, geraria um crescente assalariamento da mão-de-obra disponível. Em contrapartida, a introdução incessante de inovações tecnológicas -que, ao reduzirem o emprego da força de trabalho, diminuiriam o valor dos produtos, tomados individualmente-, recriava permanentemente o desemprego. Constituir-se-ia o que Marx designou como *exército industrial de reserva*, um contingente populacional disponível, apto a entrar no mercado de trabalho a qualquer momento, em suas fases de expansão e cujo papel seria o de disciplinador da classe operária. Sua simples existência consolidava a subordinação do trabalho ao capital, pela concorrência introduzida no seio da classe operária: forçava para baixo o valor dos salários daqueles efetivamente empregados e estimulava a subordinação à disciplina fabril, pelo risco -inerente ao contrato de trabalho- de demissão.

Características constitutivas da expansão do capitalismo, a impossibilidade de assegurar a própria subsistência ou o desemprego constituiriam uma exclusão? Seguindo o raciocínio de Marx, a resposta deve ser nuançada. O processo de mercantilização da força de trabalho corresponde de fato a uma exclusão das condições anteriores de existência, exemplificado por Marx em artigo clássico dedicado à transformação do consumo tradicional de lenha dos bosques comunais em roubo, privando os camponeses de fonte tradicional de abastecimento e desqualificando um ato consagrado pelo costume.³ Porém, corresponde igualmente a uma inclusão, uma vez que essa mão-de-obra deveria estar apta a entrar no mercado de trabalho. *Inclusão não idílica*, nem resultado do desejo individual de cada trabalhador, mas que constituiria o cerne central da produção capitalista. Expropriados da capacidade autônoma de sobrevivência e de parte do valor produzido por seu trabalho, mas incluídos em um processo mercantil e industrial que produzirá, ainda segundo Marx, as formas de pensamento para assegurar sua continuidade (Marx, 1974). Uma verdadeira sociabilidade adequada ao sistema capitalista por-se-ia em marcha, controlando e disciplinando tanto a força de trabalho efetivamente empregada quanto aqueles que constituíssem suas bordas, enquanto exército industrial de reserva.

Nesse contexto, o termo exclusão era, aliás, pouco utilizado, de vez que se buscava demonstrar a existência de uma superpopulação relativa, ligada ao sistema capitalista mas permanentemente mantida em suas margens, reconstituindo sem cessar um excedente de mão-de-obra disponível para o mercado

³ Cf. Bottigelli (1967: 80), no qual o autor apresenta e comenta os textos publicados por Marx na *Nova Gazeta Renana*.

de trabalho. Ainda assim, poder-se-ia aplicá-lo a alguns grupos sociais que, por diversas razões, não se integravam ao processo de proletarização, seja por incapacidade física, inadaptação ou por resistências de ordens variadas.

A rigor, designaremos de forma mais clara o processo se o caracterizarmos como uma *inclusão forçada*. A exclusão, historicamente constituída e perpetuada -a impossibilidade de assegurar a subsistência-, converter-se-ia na impossibilidade prática de escapar a esse processo. Essa inclusão forçada assegurava a própria sobrevivência do sistema, ao submeter e disciplinar a força de trabalho necessária à sua existência.

Em *A grande transformação*, Karl Polanyi⁴, descrevendo o processo de assalariamento, enfatiza exatamente a duplicidade de que se reveste: o abandono dos desempregados à própria sorte seria considerado como condição de sobrevivência do sistema como um todo,

Os *pobres* anteriores se dividiam agora em indigentes fisicamente desamparados, cujo lugar era nos albergues, e trabalhadores independentes que ganhavam sua vida com o trabalho assalariado. Isto criou uma categoria de pobres inteiramente nova, o desempregado (...). Enquanto o indigente deveria ser atendido por uma questão de humanidade, o desempregado *não deveria ser assistido, em favor da indústria*. Não importava o fato de que o trabalhador desempregado não era responsável por sua própria sorte. O ponto não era se ele podia ou não encontrar trabalho, caso tentasse, mas que o sistema salarial sofreria uma derrocada, atirando a sociedade na miséria e no caos, a não ser que ele se sentisse ameaçado pela fome, tendo como alternativa apenas o detestado albergue. Reconhecia-se que isto significava castigar um inocente, mas *a perversão da crueldade consistia precisamente em emancipar o trabalhador com o objetivo concreto de fazer da fome uma ameaça efetiva de destruição* (Polanyi, 1980: 222).

Já Immanuel Wallerstein (1988) analisa diferentemente a expansão do assalariamento. Para ele, o processo de expropriação dos trabalhadores teria sido realizado sempre parcialmente, mantendo-se a "unidade doméstica" (*household*) como uma forma subordinada à expansão capitalista. Ela teria sido capaz, inclusive, de gerar modalidades de resistência à tendência controladora do capital. A generalização do assalariamento seria menos uma imposição do capitalismo -para o qual, segundo ele, a unidade doméstica seria mais conveniente, por ter menor custo, assegurando por vias alternativas parte da reprodução dos trabalhadores- do que resultado das lutas sociais dos próprios trabalhadores.

Num caso como noutro, evidencia-se uma inclusão forçada no processo de mercantilização da vida social e, em grande medida, a mercantilização da força de trabalho, tornando-se o assalariamento sua representação emblemática. A expansão acelerada do capitalismo e a inclusão forçada a seus mecanismos deram a tônica do processo econômico e social ao longo do século XX. A generalização da mercantilização da sociedade, componente essencial da expansão capitalista, reduzia -ou simplesmente eliminava- a possibilidade da sobrevivência individual fora do mercado.

É importante ressaltar aqui a diferença entre o assalariamento e a mercantilização da vida social. O fato de que grandes parcelas da população tenham ficado de fora do processo de assalariamento durante longos períodos -as mulheres, por exemplo- não significa que tenham paralelamente permanecido fora ou à margem do mercado capitalista. Para caracterizar algum grupo social como permanecendo "fora do mercado" seria necessário que ele fosse capaz de garantir sua subsistência independentemente das formas mercantis, ou recorrendo a elas apenas de maneira acessória. A urbanização incessante e o conseqüente "esvaziamento" das regiões rurais reduziram drasticamente as condições de produção não mercantil da subsistência para a grande maioria da população.

⁴ Grifos nossos.

Independentemente da forma pela qual as populações passariam a conectar-se ao mercado de trabalho -assalariamento, artesanato, serviços diversos, empregos domésticos, informalidade ou ocupações extra-legais (tráficos, contrabandos)- passavam a fazer parte integralmente da generalização das relações mercantis de cunho capitalista. Isso levou Etienne Balibar (1992: 202) a afirmar que, uma vez generalizada a mercantilização das relações sociais,

*ninguém pode ser excluído do mercado, simplesmente porque ninguém pode dele sair, posto que o mercado é uma forma ou uma 'formação social' que não comporta exterioridade. Dito de outra forma, quando alguém é expulso do mercado, na realidade, funcionalmente ou não, ele é mantido em suas margens, e suas margens estão sempre ainda em seu interior. Não seria o mercado essa estrutura ou instituição social paradoxal, talvez sem precedentes na história, que inclui sempre suas próprias 'margens' (e portanto seus próprios 'marginais') e que, finalmente, somente conhece exclusão interna?.*⁵

Ao longo dos dois últimos séculos, vivemos a lógica da submissão do trabalho ao capital e das sociedades ao mundo industrial. A dinâmica que vigorava no mundo europeu, fulcro e palco central de sua implantação e expansão, duplicava-se para fora de si própria. Processos até então típicos de determinadas regiões- como a Inglaterra e França, para citar os exemplos centrais -ou, no máximo, europeus, passaram a tornar-se mundiais, extensíveis a culturas, povos, tradições e formas de sociabilidade vistas como inconciliáveis entre si.

A expansão colonial e imperialista dos séculos XIX e XX continha uma dupla dimensão. De um lado, desarticulava -pela força militar da conquista, pela imposição própria à lógica do lucro, pela arrogância imperial ou pela persuasão sedutora das mercadorias-⁶ as antigas formas produtivas, as tradicionais modalidades de vida e implantação das populações locais, as crenças e os modos de pensar. Essa desarticulação provinha inicialmente de sua permeabilidade à generalização da lógica mercantil — e não mais comunitária, associativa ou religiosa —, reduzindo-se os padrões morais, éticos, estéticos, à capacidade de troca.⁷ Por outro lado, anunciava-se como o mais formidável passo para a incorporação de países e populações a um novo patamar civilizacional e, sobretudo, de consumo, pela promoção de um permanente crescimento da produção.

As formas de resistência -como a crítica à "importação" de objetos e de idéias, à "invasão" de hábitos estranhos aos costumes locais, à introjeção de valores alheios- embora significativas, não foram capazes de frear esse processo. Introduziram, certamente, modulações no seu ritmo e extensão, impedindo uma homogeneização "pasteurizada" e preservando diversidades culturais significativas. A uma primeira fase de generalização das trocas mercantis, seguia-se uma "nacionalização" do processo industrial, tornado base constitutiva e necessária da vida social dos Estados.⁸

O capitalismo, organizado como forma produtiva no núcleo central e exportador de produtos e de capitais, chegava a suas "bordas", ou "margens", pela ampliação dos espaços mercantis para, em

⁵ Grifos do autor.

⁶ Ver o estimulante trabalho de Said (1995: 46-51 e 245-348).

⁷ A generalização de uma "antropologia filosófica", baseada na paixão pelo lucro, foi magistralmente trabalhada por Hirschmann (1979), no qual demonstra o longo e tortuoso caminho realizado, no próprio mundo europeu, para que a paixão pelo interesse se tornasse uma "virtude", distante do descrédito até então lançado sobre as paixões em geral. Esse processo corresponde, em larga medida, ao que Weber designou de "desencantamento do mundo", no qual uma racionalidade fria substitui a adesão a valores tradicionais até então vigentes (cf. Weber, 1970). A tendência à universalização da lógica capitalista e mercantil não significou, entretanto, que tenham sido eliminadas as diferenças culturais, mas sim que ela traduziu-se na constituição de um patamar comum - o mercado capitalista e a máxima do lucro - entre esferas civilizacionais distintas.

⁸ Sobre a utilização, nesse sentido, da categoria "nacionalização", ver Fontes (1990) e Mendonça (1996).

seguida, implantar-se localmente. Seus elementos nodais — a acumulação primitiva, a separação entre trabalhadores diretos e meios de produção, a inclusão forçada, o assalariamento crescente, a urbanização — reproduziam-se localmente, com a criação de burguesias (compradoras, produtoras, financeiras e/ou industriais, associadas ou independentes) e de classes operárias, com graus distintos de organização e com níveis diferentes de assimilação e de diferenciação cultural. Jamais tendo reduzido a complexidade da vida social a um par binário (proletários e empresários), a confrontação entre trabalho e capital tornar-se-ia o núcleo ordenador das lutas sociais e das conquistas que, paulatinamente, foram sendo realizadas, tanto pela democratização (participação política) quanto por uma atuação mais direta do Estado, intervindo na redução do custo de reprodução da força de trabalho.⁹

Vale ressaltar que *a perspectiva de expansão e de inclusão crescente de novos grupos sociais e, mesmo, de populações inteiras, parecia ilimitada*. Os limites físicos ou geográficos de expansão não pareciam constituir obstáculo. Uma vez implantado, em sua "revolução contínua", o capitalismo transformava-se por dentro, absorvendo sempre novas atividades, criando novas necessidades, multiplicando processos de produção, convertendo formas tradicionais em processos industriais.

O movimento de expansão capitalista, tanto no centro quanto em sua "periferia", implicara também no crescimento de formas de desemprego e na eliminação de atividades provedoras da subsistência. A relação entre o assalariamento e outras formas de inserção no mercado variou enormemente entre as regiões, assim como o grau de remuneração da força de trabalho. As formas de resistência, em grande parte nucleadas na oposição entre capital e trabalho -com o importante papel cumprido pelos sindicatos e pelos partidos socialistas e comunistas-, assim como as lutas travadas no campo diretamente político, conduziram a uma redução do risco especificamente proletário, o desemprego, através de formas compensatórias estabelecidas por uma crescente intervenção do Estado. Nessa transformação no papel do Estado, deu-se a incorporação da maioria da população à cidadania, processo lento e desigual que desembocaria nas democracias modernas. O Estado de tipo keynesiano -ou *Welfare State*, fruto de penosas conquistas- teve entretanto uma generalização bastante limitada. Esse processo de ampliação democrática no cerne dos países capitalistas parecia prefigurar uma dimensão integradora do sistema, também generalizável. No entanto, em que pese algumas conquistas significativas, essa dimensão permanece bastante restrita.

Apenas à guisa de exemplo, no caso brasileiro, o papel do Estado como elemento de integração foi sempre bastante reduzido (Draibe, 1989), mesmo se cumpriu um papel de inclusão bastante expressivo, diretamente ligado à disciplinarização e subordinação do trabalho ao capital, como bem o mostraram Werneck (1979), ao analisar a relação entre liberalismo e conquistas sociais, e Wanderley Guilherme dos Santos, ao evidenciar o molde "regulado" e limitado da cidadania no Brasil. Não absorvidos plenamente pelo assalariamento, mas capturados pelo mercado, imensos contingentes populacionais permaneciam à margem da cidadania e do suporte de um possível Estado de Bem-Estar social.

Transformações no capitalismo iniciadas por volta da década de 1970 e atualmente em pleno curso apontam para um novo dilema, expresso na eclosão de crises em vários níveis. Há uma modificação brutal e veloz da própria estrutura produtiva. Com a chamada revolução tecnológica e a introdução da informática no processo produtivo, a expansão industrial passou a eliminar vertiginosamente a força de trabalho humana do âmbito da produção de riquezas.¹⁰ O ritmo da transformação tecnológica acelera-se, ampliando-se a população excedente em proporções mundiais.

⁹ Brunhoff (1976) demonstra de forma clara e criteriosa a relação entre Estado e capital na constituição do chamado Estado Providência ou Estado do Bem-Estar Social.

¹⁰ Ver a esse respeito Kennedy (1993); Schaff (1993); Silva (1995) e Antunes (1995).

O que vem sendo chamado de terceira Revolução Industrial, de mundialização ou de pós-modernidade é acompanhado de uma extensão sem precedentes da divisão internacional do trabalho.¹¹ Amplia-se sua escala e proporção, com a possibilidade da rápida implantação de indústrias em qualquer ponto do planeta.¹² Regiões até então secundarizadas nos processos de acumulação de capital -como a Ásia e, em especial, a China- adquirem relevo, com a mercantilização acelerada da vida social para imensos contingentes populacionais.¹³

Alternam-se visões idílicas e trágicas. Num extremo, sugere-se o reino da liberdade num mundo onde estaria próximo o fim do trabalho humano, com a mecanização e informatização generalizadas do cotidiano e da produção de mercadorias, um mundo de perfeito consumo (personalizado) e de abundância, culminando na substituição da política pelas redes ou infovias, como a Internet. No outro pólo, mais realista, a constatação dos desequilíbrios e discrepâncias: devastação ecológica; permanência de velhas epidemias e surgimento de novas doenças endêmicas; persistência da fome dizimando populações e atingindo continentes quase inteiros; manutenção do trabalho infantil em larga escala; ressurgimento de formas de trabalho compulsório; crescimento das desigualdades sociais; recuo da participação política nos processos decisórios, reduzindo a legitimidade das democracias.¹⁴

Essa imagem paradoxal sempre foi constitutiva do capitalismo. As imensas conquistas em termos de capacidade produtiva e de meios econômicos e tecnológicos jamais estiveram disponíveis, politicamente, para a generalização de um possível bem-estar planetário. Adam Przeworski, aliás, interrogou-se sobre a questão, buscando responder a uma pergunta de sua filha: por que, com tantos meios técnicos, não se consegue eliminar a fome do planeta? Sua conclusão, extremamente pessimista, indica os limites da intervenção política - isto é, da democracia - nos processos econômicos (Przeworski: 1994).

No entanto, no contexto das transformações atuais, uma mudança ameaçadora parece provir do interior da própria estrutura capitalista, numa contradição com sua imagem de expansão ilimitada, embora acompanhada de inclusões forçadas e exclusões internas. Parece haver uma alteração expressiva, na qual a ponta dinâmica do capitalismo deixaria de calcar-se numa lógica expansionista, incluyente e universalizante, ainda que de cunho profundamente desigualitário. Estaria surgindo uma tendência forte, não para um recuo do capital, mas para um crescimento *direcionado, restritivo, limitado, excludente e particularizante*.

Em lugar de uma expansão contínua e aleatória, incorporando sempre novas regiões, nas quais o capital subordinava o trabalho, implantando-se e generalizando-se, os novos meios tecnológicos permitem a manutenção da acumulação, porém direcionada para alguns grupos específicos de consumidores. A redefinição das matrizes empresariais, os procedimentos de flexibilização e terceirização, a redução de estoques e o gerenciamento ponto a ponto das unidades produzidas induzem a um maior nível de controle das unidades produtoras *sobre o mercado* e sobre a ação dos Estados. Reduz-se o risco das clássicas crises de superprodução mas, com isso, pode-se condenar

¹¹ Ver a crítica formulada por Cardoso (1996).

¹² Escapa ao escopo deste ensaio a discussão em torno da conceituação geral das transformações atuais. Dreifuss (1996), em recente trabalho sobre as vertiginosas transformações atuais, propõe as seguintes categorias: *globalização*, para designar os procedimentos econômicos em curso que, segundo ele, conduziriam a uma meta-industrialização; *mundialização*, para a crescente aproximação dos modos de viver e pensar; e *planetarização*, para as novas formas de controle político e para os "modos de dominar".

¹³ Para um debate em torno do "novo" papel do mundo asiático, ver Arrighi (1996).

¹⁴ O jornal mensal francês *Le Monde Diplomatique* consagra, sistematicamente, grande espaço às principais controvérsias e questões internacionais, com ênfase para o conteúdo das democracias contemporâneas. Especialmente sobre o significativo crescimento da desigualdade social nos Estados Unidos, ver Reich (1997). O autor é ex-secretário de Trabalho do governo Bill Clinton.

parcela da população a uma espécie de *degrado mercantil*. A produção não apenas criaria o consumo, mas também o desfaria, limitando-o a alguns segmentos sociais.

Como essa alteração ocorre simultaneamente às demais, com uma redução proporcional da mão-de-obra -industrial e de outros setores- assalariada e com uma concorrência crescente no interior das empresas, o aumento do desemprego pode implicar num alijamento de novo tipo: incapazes de prover por outros meios sua própria subsistência (exclusão interna, fundadora do capitalismo), os "novos desempregados", cuja vida depende inteiramente de relações mercantis, perdem seus pontos centrais de referência.¹⁵ Somam-se assim àqueles que já se encontravam "à margem" do mercado (subempregos, trabalhos informais ou não assalariados), aos jovens recém-chegados ao mercado de trabalho. Nos períodos anteriores, essa exclusão interna acompanhava-se de uma inclusão forçada à mercantilização da vida social. Na atualidade, o crescimento da desigualdade e dessa exclusão -ainda interna- ocorre em paralelo à uma retração da própria inclusão no mercado. A tendência, e o novo risco, é um alijamento do mercado *tout court* (o termo mais evidente e mais empregado é os "sem", que já conta com equivalente em quase todas as línguas: sem-terra, sem-teto, sem-comida etc). O risco atual é a da constituição de populações desnecessárias, inclusive para a regulação capitalista.

Paralelamente, ocorre um recuo do papel equalizador cumprido pelo Estado, cuja visibilidade é maior nas democracias mais consolidadas, onde haviam sido abrandados os efeitos mais gritantes das desigualdades sociais (Luttwak, 1996). Tal recuo pode ser imputado, em parte às transformações operadas no processo produtivo, pois, ao intensificar-se a transnacionalização, os Estados perdem parcela de sua capacidade de controle sobre o capital. A financeirização transnacionalizada contribui para essa fragilização, ao "curto-circuitar" as barreiras políticas e fiscais, reduzindo a capacidade de intervenção dos Estados. Mas esse recuo do papel do Estado também deve ser entendido à luz de uma redução dramática de alternativas políticas que, paulatinamente, reduziu o papel da participação popular e da democracia a uma disputa pontual em torno de mercados eleitorais.¹⁶

Com maior alcance nos países centrais -especialmente na Europa, mas atingindo outras regiões-, crescem o desemprego e a precarização das relações de trabalho,¹⁷ ampliando-se significativamente formas gritantes de segregação.¹⁸ Aprofunda-se, em escala planetária, a desigualdade social, com os segmentos mais ricos apropriando-se de parcelas crescentes da riqueza, reduzindo-se a participação dos mais pobres.¹⁹ Nos demais países, em que pese uma imensa variedade de situações -Ásia, África e América Latina apresentam diferenças significativas entre si, sem contar que não podem ser tomadas como unidades homogêneas-, essas tendências também podem ser observadas. O sinal de alerta soa mais grave, entretanto, em algumas regiões, especialmente da África, onde se verifica um recuo dramático da participação do capital.

III

O tema da exclusão adquiriu relevo e centralidade nos últimos anos, exatamente em função do agravamento das desigualdades e do evidenciamento da escalada de inúmeras formas de discriminação social. Por recobrir situações e questões variadas, o termo deve ser caracterizado de tal forma, é isso é fundamental, que dê conta efetivamente do que está designando, permitindo a diferenciação analítica

¹⁵ É sintomática a tentativa de "desculpabilização" pela concorrência interindividual, apresentada por Bernardi (1997). Para uma abordagem crítica, ver Kouvelakis (1994).

¹⁶ Cf. Labica (1996). Hermet (1989) sugere que haveria um descrédito e uma "brincadeira" com os procedimentos democráticos provenientes do próprio povo.

¹⁷ Para uma análise cuidadosa do caso argentino, ver Beccaria e Lopéz (1996). Para um panorama geral, incluindo o caso brasileiro, ver o debate "Globalização e emprego" (Salm *et. al.*, 1996).

¹⁸ Ver Wacquant (1995). Para uma cidade brasileira, ver o artigo de Sposati (1996).

¹⁹ Cf. Kuntz (1995).

das múltiplas formas de segregação social e, inclusive, a reflexão sobre suas transformações (Fontes, 1995).

Cada modalidade de utilização da categoria corresponde a determinadas lógicas de análise. Outrossim, em cada período histórico relaciona-se a experiências sociais diferenciadas. Nos termos de Adam Schaff, há uma articulação entre a emergência de determinados problemas e as possibilidades então existentes para sua decifração.

Há algumas décadas, especialmente a partir do final dos anos 1960, uma série de trabalhos vem enfatizando formas não diretamente econômicas de segregação, atuando no interior de modelos sociais considerados incluídos, mesmo no seio de democracias. A partir, sobretudo, das obras de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, abriu-se um imenso painel sobre formas de banimento, encarceramento e segregação, exercidas de forma regular e "naturalizadas", ressaltando-se seu aspecto de resultante de uma longa -e penosa- prática social estabelecida a partir do século XVII.²⁰

Ao lado do estudo histórico dos processos constitutivos da formação da sociedade moderna, buscava-se evidenciar modalidades de segregação até então encaradas como "normais" ou "naturais". Teve grande impacto o destaque para os problemas diretamente ligados ao internamento psiquiátrico. Esse tema, extremamente sensível nas décadas de 1960 e 1970, denunciava não apenas as práticas de isolamento e reclusão da doença mental, mas apontava para o deslizamento sistemático entre contestação social e "anormalidade", numa prática que, generalizada na União Soviética, disseminava-se na maioria dos países. A reclusão psiquiátrica configurava uma dupla segregação: daqueles atingidos por graus diversos de sociabilidade e daqueles que contestavam as formas políticas dominantes.

A análise tanto do sistema penal quanto hospitalar mostrava que a punição por confinamento ou encarceramento constituiria, a rigor, a *norma social* e não uma exceção, paradoxalmente reforçada a partir da generalização do liberalismo -o *Panopticom* de Bentham permanece sendo o melhor exemplo- (Foucault, 1975). A fertilidade da proposição gerou uma rica série de trabalhos, demonstrando a segregação das mulheres do universo político ao longo do tempo, a estigmatização de alguns grupos sociais, em razão de profissões — prostitutas, por exemplo —, de doenças — loucura, lepra, tuberculose —, de local de moradia (guetos), ou pelo pertencimento religioso, étnico ou linguístico. Demonstrava-se assim como expressivas parcelas da população eram reduzidas a situações de inferioridade social, mantida por um discurso de poder tendente a hierarquizar e reproduzir formas de controle social.

O termo exclusão -utilizado por Foucault ao lado de expressões como banimento, reclusão, expulsão- (Foucault, 1972b), constituía um viés através do qual o autor demonstrava os efeitos de seu eixo principal de reflexão, as formas de distribuição de poder, com ênfase para a instauração de uma sociedade disciplinar, com modalidades específicas de disseminação e radiação das formas de controle social. Assim, foi largamente empregado para designar aspectos específicos, pontuais, culturalmente diversos do exercício de poderes no interior de diferentes sociedades, caracterizando a circulação do poder e evidenciando a cristalização de pequenos poderes que, agindo na sociedade e perfeitamente disseminados, reproduziam e amplificavam formas "naturalizadas" de segregação social. Com isso, permitia identificar o estabelecimento de múltiplas hierarquias, não necessariamente sincronizadas ou dependentes das formas pelas quais se justificava ou circulava o poder econômico.

O termo exclusão encontrava-se assim diretamente associado a controle social e disciplinarização, à circulação de poderes e constituição de hierarquias. Tratava-se de ressaltar os *efeitos segregadores de práticas não econômicas*, de desnudar a reprodução e criação de diferenças estigmatizantes e hierarquizantes, para além de clivagens clássicas calcadas no aspecto econômico ou centradas na relação capital-trabalho.

Foucault evidencia a construção de uma sociedade disciplinar, para a qual não há, propriamente, externalidade. O período no qual redige grande parte de sua obra, entre 1960 e 1975, inclui-se no que

²⁰ Os textos emblemáticos são de Foucault (1972a, 1972b).

se chamou "os trinta anos gloriosos" de crescimento econômico e mobilidade vertical nos países europeus, acrescidos da consolidação e universalização do Estado de Bem-Estar Social. As formulações capazes de propor transformações sociais radicais pareciam bloqueadas, com o *modus operandi* da sociedade capitalista -ou ocidental- parecendo capaz de tudo seduzir ou subordinar, inclusive aqueles que a ela se opunham.²¹ E essa era uma das mais argutas conclusões de Foucault: o partilhar de uma mesma episteme, redutora da natureza e da sociedade a uma lógica disciplinar, igualava adversários políticos.²²

Tudo o que se manifestasse de *diferente* em seu interior, ao contrário da Nave dos Loucos descrita por Foucault - cuja dispersão, através da viagem longa e sem rumo segregava *nas margens* - tenderia a ser controlado, cercado, definido, normatizado.²³ Sua crítica implicava no elogio da diferença, da não-conformidade aos padrões, da recusa da norma. As margens e as fronteiras não-normalizadas, os segregados e seus padrões passariam a constituir objeto central de interesse.

Abria-se assim um território de trabalho vastíssimo, no qual puderam associar-se história e antropologia em análises sistemáticas, em grande medida voltadas para as formas de manifestação do Outro.²⁴ Na dimensão interna, a ênfase das pesquisas dirigia-se para as margens, as franjas, os grupos sociais que permaneciam em situações sociais limites ou para elas eram empurrados. Aqui, o aspecto da *resistência* era ressaltado como forma de construção/preservação de suas identidades frente à sociedade envolvente e segregadora.

Na dimensão externa, buscava-se recuperar as formas específicas de manifestação, de organização e de reflexão, em resumo, a peculiaridade de culturas diferentes, com outra relação com o poder e com a natureza. Face à submersão do mundo ocidental em uma lógica perversa e sem perspectivas de alteração, a descoberta e o trabalho com "Outros", apresentando lógicas diversas, constituiria a própria alternativa. Certamente, seu alcance era limitado, sendo tais "alternativas" dificilmente generalizáveis.²⁵

Esse processo incluiu também uma certa mitificação do Outro, tornado depositário da "pureza" e das expectativas de manutenção de uma diversidade que a sociedade dita ocidental não teria sido capaz de assegurar. A partir da identificação de suas características ou peculiaridades, imputava-se ao "Outro" uma coerência e uma intocabilidade de princípios que, muitas vezes, referia-se mais às expectativas e aos anseios do pesquisador do que à vida real desses grupos (Ramos, 1995).

Para os propósitos de nosso ensaio, observa-se que a exclusão, na sua face interna -isto é, no que concerne aos grupos sociais no interior de sociedades ocidentais ou ocidentalizadas-, mantém os atributos mencionados anteriormente, com uma evidenciação, na abordagem foucaultiana, *da não admissão de exterioridades pela sociedade capitalista*. Esta, envolvente, estabelece procedimentos de *inclusão forçada* -imposição de comportamentos, normas, códigos, valores, educação ou, ainda, resultante de processos de atração ou recepção de estrangeiros, através da imigração- que resultam em formas múltiplas de discriminação, reclusão ou segregação em seu próprio interior. Disciplinadores, estigmatizadores e punitivos, esses procedimentos demarcam os limites da integração possível. Como menciona Etienne Balibar, operam por exclusões internas.

²¹ Mesmo o grande movimento de maio de 1968 não deixa de ser um exemplo contraditório. Ao mesmo tempo radicalmente contestador, seu rastro será o da acomodação, como lembra, Da Costa (1994).

²² Cf. Deleuze e Foucault (1985). Ver também a proposição de uma atuação intelectual sobre territórios específicos em Foucault (1977).

²³ Costa (1983) abriu uma longa e variada gama de trabalhos sobre o tema no Brasil.

²⁴ Para uma abordagem mais geral, ver Hunt (1992). Para uma crítica a algumas dessas concepções, ver Jameson (1994).

²⁵ Cf. o interessante artigo de Janine (1994).

IV

Ao final dos anos 1970 e, mais enfaticamente, dos anos 1980, à medida em que a crise econômica se manifestava nos países centrais, a categoria exclusão passou a designar fenômenos recentes, típicos da sociedade contemporânea avançada e intervenientes no seu próprio fulcro - o mundo do trabalho.

Inicialmente, algumas pesquisas, muitas vezes voltadas para um trabalho de cunho social, retomavam a idéia de *inadaptação* de alguns grupos sociais às condições de sociabilidade contemporânea. Embora analisassem também as condições econômicas, não se limitavam a identificar as situações de exclusão como fenômenos individuais ou atingindo unicamente camadas sociais desfavorecidas. Percebia-se uma tendência à generalização de certos contextos vivenciais de crise, como alcoolismo, suicídio, iletrismo e delinqüência, atingindo e atravessando diferentes grupos sociais. O consumo de drogas, por exemplo, e a dessocialização que muitas vezes o acompanhava não se limitavam, de forma alguma, a grupos sociais circunscritos. Tratava-se de um problema concernente à sociedade como um todo e, assim, foi largamente analisado em termos de integração cultural. Toda uma filosofia de ação baseada na *prevenção* desse tipo de comportamento desviante foi então desenvolvida, em particular na França.

Seguindo a argumentação de Paugam (1996),²⁶ que analisa a emergência da questão para o caso francês, ao longo da década de 1980, paulatinamente, a idéia de "inadaptação social" cedia terreno para a percepção da constituição de contingentes crescentes resvalando para situações de pobreza, cada vez mais dependentes dos serviços públicos. O crescimento dos índices de desemprego e a expansão do trabalho intermitente, cujo acesso às formas de proteção social diretamente ligadas ao mundo do trabalho era restrito, conduziam a trabalhos e pesquisas sobre o que então se denominou a constituição de uma "nova pobreza".

Esta também não atingia apenas grupos marginais ou pouco integrados no universo social. Tendia, ao contrário, a atingir segmentos diferenciados, inclusive camadas sociais até então adaptadas à sociedade moderna e vítimas da conjuntura econômica. O problema principal então identificado era a situação de precariedade do emprego na qual se encontravam segmentos crescentes da população. Em vigoroso trabalho, Castel (1995), embora evitando o uso direto do termo exclusão, realiza um tratamento histórico sistemático da construção do assalariamento na sociedade moderna, apontando para os limites sociais do individualismo.

Embora se trate, em cheio, do retorno à questão econômica - "nova pobreza", "precarização do trabalho", "desemprego" etc.-, o tema vem sendo tratado amplamente por um viés cultural. Ainda segundo Paugam, o termo exclusão passa a designar grupos sociais ou indivíduos isolados cujo sentimento de pertencimento social encontra-se abalado, recuperando-se a problematização durkheimiana da anomia. Para Schnapper, o "paradigma da exclusão" recuperaria a interrogação fundadora do "projeto sociológico", presente tanto em Comte (religião comum), como em Weber (desencanto moderno) quanto em Durkheim (coesão intelectual e anomia moral): como manter ou restaurar laços sociais em sociedades baseadas na soberania do indivíduo? (Schnapper, 1996: 24).²⁷

Se, no primeiro momento, tratava-se de buscar nos limites da sociedade a alteridade que permitiria compreender essa mesma sociedade, nesse segundo momento a ênfase desloca-se para o cerne das sociedades centrais. A dinâmica inclusiva do capitalismo desfar-se-ia, o mundo do trabalho e do assalariamento se esboroaria. Os fundamentos da coesão social nas sociedades modernas, ao

²⁶ O autor, na conclusão, adverte que o termo exclusão remete mais para uma percepção ou apreensão social do que para a caracterização de grupos sociais precisos, considerando-o assim como um "conceito-horizonte".

²⁷ Sua preocupação central é a diferença entre as identidade de tipo nacional ou religiosa, inclusivas e abertas, e as identidades étnicas, cujas fronteiras tornam-se impenetráveis.

entrarem em crise, abririam uma floração de crises, sendo a primeira delas a da própria identidade. O mundo do trabalho parece readquirir centralidade apenas como espaço negativo e terminal, como local onde não mais se geram solidariedades e coesão social.

Nos anos 1990, a noção de exclusão tornar-se-ia amplamente utilizada, tanto na França como Brasil, em pesquisas acadêmicas e na mídia. Buscava-se uma "definição dinâmica e multidimensional" do fenômeno, que não se limitasse a definições estáticas da pobreza, cuja mensuração monetária, social ou cultural é extremamente delicada (Paugam, 1996: 15).

Apesar do crescimento das desigualdades econômicas, ele não assumiu o centro do debate. A ênfase foi colocada nos fenômenos de ruptura e de *crise identitária* - perda de identidade profissional, angústia, isolamento social, recuo da influência dos sindicatos e dos espaços de atuação política.

A generalização da noção atual de exclusão — que acentua não apenas as formas de segregação (espacial, cultural, étnica) ou as desigualdades econômicas, mas também um certo sentimento de vazio da existência — está em grande medida associada ao quase colapso de propostas alternativas de futuro. O termo aponta, assim, menos para uma dimensão de oposição e luta, e mais para a fraqueza ou ausência de reivindicações organizadas e de coesão identitária.

Outrossim, a categoria de exclusão adquiriu importância mediática, uma vez que o recuo contemporâneo das formas de regulação estatal assegura maior visibilidade para as ações empreendidas por associações diversas, de cunho humanitário ou outros, visando a minorar os efeitos da precarização do trabalho. Ainda nesse nível, a "miséria do mundo" encontra-se exposta cotidianamente, pela extensão das redes informativas. A sociedade do espetáculo transforma sua própria miséria em grande cena (Debord, 1992).

O termo torna-se assim uma espécie de paradigma do final do milênio, aplicado a situações e conjunturas diversas. Nos países centrais, designa tanto grupos sociais amparados, ainda que precariamente, por políticas públicas (renda mínima, salário-desemprego, assistência médica e social), como os portadores de deficiências físicas, os encarcerados, doentes ou vítimas do fracasso escolar, quanto categorias relativa ou inteiramente à margem de direitos sociais, como é o caso dos imigrantes ilegais. Assim, o termo enquadra tanto situações de extrema fragilidade, quanto crises ligadas à perda de rendimentos quanto, ainda, o sentimento de precariedade e abandono de grupos que permanecem ligados ao mundo do trabalho.

Designa, ainda, o temor do crescimento de grupos sociais inteiramente à margem dos processos produtivos e de produção de identidades das sociedades modernas. Estariam sendo criados, pela revolução tecnológica, contingentes populacionais desnecessários à vida social e, portanto, "descartáveis", cuja segregação espacial crescente apontaria para o fim de uma "inclusão forçada" e para o abandono à sua própria sorte.²⁸

Referido a outros países, o termo pode remeter à grande parte (ou à maioria) da população, que jamais contou com tais direitos, como o caso de países africanos ou mesmo sul-americanos. Também no caso brasileiro, o termo tende a englobar uma grande variedade de situações. Designa, assim, populações que não foram integradas no mercado de trabalho formal, os grupos sociais atingidos por situações variadas de segregação — espacial, racial, de gênero, etária etc. —, os amplos contingentes não atendidos pelas políticas sociais e pelo sistema de Justiça, à margem, pois, dos "direitos", os portadores de algumas doenças e seus estigmas (lepra, Aids, etc.), os desempregados, vítimas das transformações contemporâneas do sistema industrial, assim como os trabalhadores dos mercados informais.

Mas a exclusão encobre também uma nova situação internacional, na qual alguns países ou regiões (especialmente o caso africano, mas o problema abrange também regiões da América Latina, do

²⁸ Esse aspecto é, aliás, ressaltado por Castel (1995) especialmente no capítulo 8, em item intitulado "Les surnuméraires". Ver, para o caso brasileiro, Nascimento (1994).

Oriente Médio e da ex-URSS) estariam sendo descapitalizados e desindustrializados, sem a instauração de novas formas produtivas capazes de nutrir e manter a população, em permanente crescimento demográfico.

V

Como caracterizar esses fenômenos? O termo exclusão é, de fato, uma categoria capaz de dar conta da variedade de situações às quais se aplica? Seu caráter abrangente e generalizador não estaria confundindo processos fundamentalmente distintos? Não estaria ocorrendo uma redução de diferenças significativas a uma intenção filantrópica que, ainda que louvável, diminuiria, na mesma proporção, as possibilidades de transformação real dessas formas variadas de segregação ou exclusão? Um dos riscos (e não o menor) da construção de uma leitura simplificada dos processos em curso é a reconstituição de abordagens dualistas - integrados *versus* excluídos - incapazes de dar conta do processo atual.²⁹

Verificamos acima que, em grande parte, o termo exclusão tinha sido até então utilizado para dar conta de um fenômeno que só pode ser compreendido em uma dupla dinâmica, pois decorre de procedimentos includentes, ainda que desigualitários, segregadores e hierarquizantes: *inclusão forçada* e *exclusão interna*.

Pode ser fértil, para nosso propósito, relembrar outras formas históricas, utilizando agora o termo exclusão em sua acepção mais forte, isto é, quando conduz inclusive ao extermínio do outro. Nesses casos, as fronteiras entre uma dimensão "interna" e seu contraponto, o "externo", o lado de fora, o outro (ressaltando-se que a oposição entre o interno e o externo aqui não remete em absoluto às fronteiras dos Estados-nação, podendo ou não recobri-las) tornam-se mais rígidas, demarcando uma separação para a qual não se propõe um "universo comum". Com isso, bloqueiam-se os pontos de contato, estreitando-se e enrijecendo-se as interfaces de conexão. Estaremos lidando com uma *exclusão por externalização*, contraposta à exclusão interna, que implica na construção de desigualdades hierarquizadas. Em outros termos, trata-se da criação de fronteiras para as quais não há modalidades possíveis ou previstas de inclusão, nem formas sistemáticas de absorção através de inclusões voluntárias (como a imigração, por exemplo) ou forçadas (escravização, proletarização etc.). Utilizaremos apenas alguns exemplos, retirados da Época Moderna, sem a pretensão de constituir nem um quadro exaustivo, nem uma tipologia completa.

Ao longo dos séculos XVI a XX, as Américas conviveram com uma dessas formas de exclusão, na relação dos colonizadores com os indígenas. A conquista da América continha extrema ambigüidade com relação às modalidades de inclusão e exclusão dos povos autóctones. De um lado, a crença numa humanidade comum, de fundo religioso e missionário, significou - e traduziu-se - em projetos de absorção dos povos "descobertos". Nunca houve, entretanto, homogeneidade com relação ao que se esperava dessa inclusão, variando entre formas extremas, desde modalidades "suaves" de cristinização até a escravização.

Apesar de pressupostos includentes, a constatação das diferenças e, sobretudo, de sua irredutibilidade levaria muitas vezes a uma absoluta desconsideração pela existência das populações nativas, conduzindo inclusive à sua dizimação pura e simples.³⁰

No caso brasileiro, por exemplo, não obstante uma prática pontuada por discursos integradores, religioso ou moral, e uma recorrente busca e captura de mão-de-obra, em longos períodos os indígenas

²⁹ Castel (1996) aponta para esse risco, preferindo trabalhar com a categoria de "marginais", reservando o termo exclusão para situações em que procedimentos ritualizados a sancionam, como o caso da expulsão de judeus da Espanha no século XV, ou para os "atos de separação" descritos por Foucault. Ver também Murmis e Feldman (1996), no qual comentam a tendência dualizante presente em algumas interpretações internacionais atuais.

³⁰ Cf. o clássico relato de Todorov (1983).

deixaram de figurar como elemento pertencente a um universo simbólico comum. Embora tenham sido muitas vezes exterminados através de batalhas abertas, não é essa a característica que buscamos ressaltar. As caçadas a índios e a destruição de aldeias pontuaram nossa história, mas há também longos momentos, "pacíficos", nos quais, uma vez ocupado o ponto estratégico do território, a existência de índios, apesar de conhecida, era ignorada.³¹ Uma vez que não tivessem utilidade direta como mão-de-obra, não figurassem como prioritários para conversão ou não ameaçassem diretamente, apenas por sua proximidade, os grupos coloniais, eles passavam a ser *excluídos por indiferença*. Não se trata, em absoluto, da admissão de diferenças e de uma coexistência pacífica, mas de *profundo desprezo por suas condições de existência*. As fronteiras entre esses grupos, colonizadores e indígenas, cuja demarcação pode ser imprecisa (virtuais), endureciam-se, estreitando-se a permeabilidade entre suas culturas. Nessa exclusão por indiferença não se elimina o embate aberto, em momentos de contato mas, sobretudo, legitima-se a indiferença frente às múltiplas modalidades de constrangimento e, mesmo, do perecimento, do outro.

A situação dos índios e negros escravizados era radicalmente diversa. Cruelmente segregados pela sociedade, eram *incluídos compulsoriamente*, fazendo parte crucial dos procedimentos da existência daquela sociedade.

Um segundo exemplo desse tipo de exclusão contemporâneo pode ser designado como *exclusão por extermínio*. No século XX, a experiência dramática do nazismo e do holocausto judeu realizada na Alemanha hitlerista apontaria de maneira extrema para outra forma de impenetrabilidade social, de exclusão absoluta, cuja solução - final - tornava-se a eliminação direta, pura e simples do Outro³². Embora jamais reproduzida com a mesma intensidade e sistematicidade, recentes guerras étnicas (Ruanda, Bósnia, etc) vieram reatualizar esse tipo de exclusão, na qual mesclam-se a expulsão dos "diferentes", pelo enrijecimento de fronteiras, com o seu extermínio aberto.

Duas modalidades, pois, de exclusão por externalização podem ser delimitadas a partir desses exemplos. Na primeira, caso dos indígenas, trata-se de um "abandono" do outro e da perfeita indiferença por sua sobrevivência ou não. O que importa ressaltar agora é o caráter de "exílio" ou banimento do outro. Isto é, as situações de catástrofe que possam abater-se sobre o Outro não fazem parte do rol de problemas a serem considerados pela sociedade, uma vez que se obnubilam os pontos comuns entre ambas. Os princípios universalizantes recuam frente à ascensão de definições particularizantes. Na segunda modalidade, como no caso do nazismo, trata-se de um extermínio planejado e levado a cabo sistematicamente. A pura e simples existência de um poria em risco a integridade do outro. A particularidade do Outro transforma-se em ameaça e em luta aberta.

VI

A expansão do capitalismo conviveu com todas as formas mencionadas de segregação e de exclusão. Ao generalizar-se e universalizar-se a mercantilização da vida social, consolidou-se um espaço de pertencimento comum - o próprio mercado -, para cuja formação contribuíram procedimentos de inclusão forçada e de exclusão interna que se tornaram, de alguma forma, "naturalizados". Em nome de uma lógica superior, os indivíduos naquelas sociedades deveriam ser deixados por conta própria, não devendo ser amparados ou apoiados. Nos termos já mencionados de Polanyi, o respeito a uma razão "superior", a um desígnio cujo valor seria mais importante do que a existência dos indivíduos - a lógica da produção - justificaria a disciplina do desemprego, considerada como "necessária" para a existência da sociedade como um todo.

Ao longo dos últimos 150 anos, as lutas sociais encaminharam-se exatamente no sentido da *desnaturalização* das formas de hierarquia, de segregação e discriminação internas. Ao definir o que se

³¹ Ver o relato sobre o caso dos índios nordestinos em Andion (1995).

³² Para uma abordagem de suas formas de renascimento, ver Menendez (1996).

poderia designar como esquerda, Bobbio (1995) considerou ser justamente a luta pela igualdade social o seu eixo norteador.

Entretanto, enquanto o desenvolvimento da industrialização e da mercantilização ocorriam em níveis planetários, as conquistas sociais e políticas ficaram sempre demarcadas no interior dos espaços nacionais. Com isso, as formas de luta contra as exclusões internas/inclusões forçadas, embora tenham conseguido extraordinário avanço na alteração da atuação dos Estados nos contextos nacionais, tiveram sempre alcance limitado quando se tratava de processos que extrapolavam suas fronteiras políticas.

O aspecto fundamentalmente contraditório do próprio capitalismo — a dimensão inclusiva, açambarcadora, do mercado, a par com a expansão de suas bases produtivas e mercantilização generalizada *versus* seu caráter não integrador, exemplificado pela reconstituição permanente de desemprego e de exclusões internas — leva a crer que sua tendência principal seja exatamente a reconstituição de novas modalidades de exclusão interna. O impulso à acumulação ocorreria por uma "disciplinarização" de novo tipo que, não expulsando para fora do sistema indivíduos, grupos sociais, ou mesmo populações inteiras, reconstituísse sem cessar formas de desigualdade social, expressas através de segregação, discriminação, *apartheids* (étnicos, sociais, nacionais etc.). O fulcro do processo de exclusão interna - ou inclusão forçada - permaneceria o mundo ligado ao trabalho, desprovido agora de uma série de garantias, embora atingisse um sem número de outras situações, como referido acima, numa verdadeira teia de poderes disciplinadores.³³

No entanto, mesmo em suas manifestações de exclusão interna ou externa, a convivência entre grupos sociais diferenciados estava pautada pela suposição (e possibilidade) da coexistência possível no mercado, voluntária ou imposta. Entretanto, o mercado — e o capitalismo, que o mantém e o amplia — malgrado seu componente incluyente, conviveu, tolerou e até mesmo impulsionou formas de exclusão duras.

Nos dias de hoje, com algumas exceções, praticamente todas as populações, em níveis e graus diferenciados, dependem de mercados. Mercado de trabalho, mercado de bens, mercadorias e serviços, mercados legais ou ilegais, formalizados ou informais. Encontram-se na situação acima mencionada por Balibar, incluídos num mundo sem exterior, excluídos por dentro.

As transformações atuais, apenas esboçadas, não permitem conclusões sobre tendências fortes ou direções claramente demarcadas. Mas sugerem algumas hipóteses.

Estaremos assistindo à recriação, sob outras modalidades, de uma exclusão interna, similar à que constituiu o operariado e que, como tal, conserva seu duplo aspecto de inclusão forçada? Neste caso, temos diante de nós uma nova etapa de acumulação e concentração de capital (exclusão interna) e a recriação de formas de disciplina dos trabalhadores (inclusão forçada), cuja principal característica seria a sua dimensão planetária. Não mais acantonada nos espaços nacionais, a competição entre os trabalhadores, fenômeno clássico da expansão capitalista, extravasaria os limites impostos pelos Estados do Bem-Estar Social, instaurando-se agora abertamente na dimensão internacional, superando inclusive as fronteiras das associações nacionais locais, como o Nafta ou a Comunidade Européia.

Essa hipótese — em que pese uma certa dimensão otimista, pois supõe ser possível reconstituir, ainda que penosamente, as formas de luta social que historicamente permitiram uma significativa redução das desigualdades sociais e estendê-las a pontos nos quais a mercantilização ocorreu de forma selvagem — remete-nos, entretanto, para a dureza das condições sociais de emergência do capitalismo na Europa. A marcha cega do processo de acumulação, mesmo se inclusiva a longo prazo, deixa, no curto e médio prazos, vítimas cujas vidas são destroçadas em nome de uma lógica "superior", beneficiadora de alguns grupos restritos. A inclusão forçada não assegura, de *per se*, a integração efetiva das populações atingidas.

³³ Ver o sugestivo artigo de Beynon (1995).

Num segundo caso, no entanto, os grupos sociais em processo de exclusão — e, aqui, a palavra adquire todo o seu sentido — não seriam absolutamente necessários para a sociedade. Teriam uma existência lateral, supérflua, na maior parte do tempo indiferente. Expulsos não apenas do mercado de trabalho e de seus direitos correlatos, estariam sendo paulatinamente alijados do próprio mercado. Tragicamente, porém, não dispõem mais dos meios para dele sair de forma voluntária. Acantonados em guetos ou, mais provavelmente, degredados para regiões das quais a acumulação capitalista se distancia sem permitir o estabelecimento de formas radicalmente diferentes de sobrevivência, perdem sentido e significado para o núcleo central do sistema. Tornam-se "objetos" de um espetáculo dantesco, no qual o extermínio — por guerras, fomes, epidemias, omissão — apresentado ao vivo nas telas de televisão à hora do jantar, é-lhes ainda imputado como de sua própria responsabilidade. A relativa separação, reforçada pelo efeito de contraste exposto cotidianamente, permitiria manter esses "novos excluídos" numa espécie de existência mitológica: sabe-se dos locais onde habitam e dos problemas que enfrentam, mas, desde que suas manifestações permaneçam virtuais, desde que não existam de fato para aquela sociedade, caem num tipo de subexistência brumosa. Caso, entretanto, o contato seja estabelecido, com seu cortejo de violências, de exposição da diversidade e de evidência brutal e real da existência do outro, de ruptura de um "esquecimento desejado", a luta contra o outro pode se travestir de "defesa". A distância entre a exclusão por indiferença e a exclusão por extermínio pode ser, pois, facilmente transposta.

A exclusão coloca hoje uma interrogação crucial: o mercado e o capitalismo, instituições sociais historicamente sem exterioridade, estariam passando por uma mutação qualitativa e enrijecendo suas fronteiras, estabelecendo uma externalidade impossível para enormes contingentes populacionais e borrando os pontos comuns, universais, até então constitutivos de sua expansão? Teria a dimensão universalizante do capitalismo atingido seus limites, abandonando agora à própria sorte populações cujas raízes tradicionais já foram destroçadas?

Ambas as dimensões, exclusão e inclusão forçada, parecem conviver nesse final de milênio. Tratar da questão da exclusão social coloca hoje uma exigência de retorno às leituras sintéticas e globalizadoras da sociedade, sob pena de assistirmos, angustiados e impotentes, ao retorno de atrocidades cometidas em nome de Razões que levam em conta apenas a lógica da acumulação e do poder.

Bibliografia

- Andion, J. (1995). Morte e vida do nordeste indígena. *Estudos Históricos*, 8 (15), 57-94.
- Andréani, T. (1989). *De la société à l'histoire*. Paris: Méridiens Klienksieck.
- Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez.
- Arrighi, G. (1996). A ascensão do leste asiático e a desarticulação do sistema político mundial. *Tempo*, 1 (2).
- Balibar, E. (1992). Exclusion ou lutte des classes? In *Les frontières de la démocratie*. Paris: La Découverte.
- Beccaria, L. e Lopéz, N. (1996). *Sin trabajo. Las características del desempleo y sus efectos en la sociedad argentina*. Buenos Aires: Editorial Losada/Unicef.
- Bernardi, M. (1997). Competir é pecado?. *Exame*, 30 (4).
- Beynon, H. (1995). "A destruição da classe operária inglesa?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (10), 5-17.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Universidad Estatal Paulista, UNESP.
- Bottigelli, E. (1967). *Genèse du socialisme scientifique*. Paris: Ed. Sociales.
- Cardoso, C. (1996). No limiar do século XXI. *Tempo*, 1 (2).
- Castel, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard.
- _____. (1996). Les marginaux dans l'histoire. In Paugam, S. (1996). *L'exclusion. L'état des savoirs*. Paris: La Découverte.

Capitalismo, exclusões e inclusão forçada Virginia Fontes

- Collingwood, R. (1981). *A idéia de História*. Lisboa: Editorial Presença.
- Costa, F. (1983). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal.
- Da Costa, E. (1994). A dialética invertida. *Revista Brasileira de História*, 14, (27).
- Debord, G. (1992). *La société du spectacle*. Paris: Gallimard.
- De Brunhoff, S. (1976). *Etat e capital. Recherches sur la politique économique*. Grenoble-Paris: F. Maspero, Presses Universitaires Grenoble.
- Deleuze, G. e Foucault, M. (1985). Os intelectuais e o poder (pp. 69-78). In *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Dos Santos, W. (1979). *Cidadania e Justiça*, Rio de Janeiro.
- Draibe, S. (1989). O 'Welfare State' no Brasil: características e perspectivas. *Ciências sociais hoje*, 1989, 13-61.
- Dreifuss, R. *A época das perplexidades*. Rio/Petrópolis: Vozes.
- Febvre, L. (1989). *Combates pela História*, Volumen II. Lisboa: Editorial Presença.
- Fontes, V. (1990). Les avatars du nationalisme au Brésil. *Procès. Cahiers d'analyse politique et juridique*, 19.
- _____. (1995). Sobre a exclusão: alguns desafios contemporâneos. *Caderno CRH*, 8 (23), 98-119.
- Recuperado de <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18720/12093>
- Foucault, M. (1972a). *Naissance de la clinique*. Paris: Presses universitaires de France.
- _____. (1972b). *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Gallimard.
- _____. (1975). *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris, Gallimard.
- _____. (1977). Verité et pouvoir. *L'Arc*, 70, 16-26.
- Gay, P. (1990). *O estilo na história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hermet, G. (1989). *Le peuple contre la démocratie*. Paris: Fayard.
- Hirschmann, A. (1979). *As paixões e os interesses*. Rio: Paz e Terra.
- Hunt, L. (1992). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes.
- Jameson, F. (1994). Sobre os estudos de cultura. *Novos Estudos*, 39.
- Janine, R. (1994). O risco de uma ortodoxia. *Revista da Universidade de São Paulo*, 23, 6-13.
- Kennedy, P. (1993). *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro: Campus.
- Kouvelakis, E. (1994). Du "retour de l'individu" à une politique de l'individualité. *Revue éonomies et sociétés. Cahiers de l'Institut des Sciences Mathématiques et Économiques Appliquées-ISMEA*, 28 (6-7), 259-286.
- Kuntz, R. (1995). Os direitos sociais em xeque. *Lua Nova*, 36, 155-157.
- Labica, G. (1996). Alguns problemas atuais da democracia. *Tempo*, 1 (1).
- Luttwak, E. (1996). O capitalismo turbinado e suas consequências. *Novos Estudos*, 45.
- Marx, K. (1974). O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo. En *La ideologia alemana*. Montevideo, Barcelona: Ed. Pueblos Unidos, Ed. Grijalbo.
- _____. (1985). A assim chamada acumulação primitiva (pp. 70-78). En *O capital*, Volumen 1, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural.
- Mendonça, S. (1996). Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. *Tempo*, 1 (1).
- Menendez, M. (1996). A intolerância reinaugurada. *Cadernos de Memória Cultural*, 1 (2).
- Murmis, M. e Feldman, S. (1996). De seguir así (pp. 189-193). In Beccaria, L. e Lopéz, N. (1996). *Sin trabajo. Las características del desempleo y sus efectos en la sociedad argentina*. Buenos Aires: Editorial Losada/Unicef.
- Nascimento, E. (1994). Exclusão: a nova questão social. *Proposta*, 22 (61).
- Paugam, S. (1996). La constitution d'un paradigme. In *L'exclusion. L'état des savoirs*. Paris: La Découverte
- Polanyi, K. (1980). *A grande transformação*. Rio: Campus.
- Przeworski, A. (1994). *Democracia e mercado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Ramos, A. (1995). O índio hiper-real. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28, 5-14.
- Reich, R. (1997). Um programa inacabado. *Estado de S. Paulo*, 23 de febrero.
- Said, E. (1995). *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Salm et. al. (1996). Globalização e desemprego. *Novos Estudos*, 45, 133-149. Recuperado de <http://novosestudios.uol.com.br/produto/edicao-45/>
- Schaff, A. (1983). *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1993). O futuro do trabalho e do socialismo. *O socialismo do futuro*, 6.

Capitalismo, exclusões e inclusão forçada Virginia Fontes

Schnapper, D. (1996). Intégration et exclusion dans les sociétés modernes. In Paugam, S. (1996). *L'exclusion. L'état des savoirs*. Paris: La Découverte.

Silva, J. P. (1995). A crise da sociedade do trabalho em debate. *Lua Nova*, 35.

Sposati, A. (1996). Desejo de São Paulo. *Novos Estudos*, 45.

Todorov, T. (1983). *A conquista da América. A questão do Outro*. São Paulo: Martins Fontes.

Wacquant, J. (1995). Proscritos da cidade. Estigma e divisão social no gueto americano e na periferia francesa. *Novos Estudos*, 43.

Wallerstein, I. (1988). La structure du foyer domestique et la constitution de la force de travail dans l'économie-monde capitaliste. In Balibar, E. e Wallerstein, I. *Race, Nation, Classe. Les identités ambiguës*. Paris: La Découverte.

_____. (1989). *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense.

Weber, M. (1970). *Ciência e política*. São Paulo: Cultrix.

Werneck, L. (1976). *Liberalismo e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.